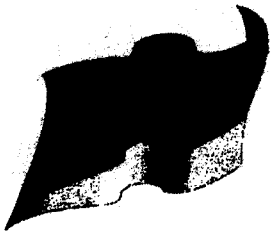


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 03/2002

PRIMEIRA ETAPA
PROVA OBJETIVA
– TARDE –

MATÉRIA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 20
Parte Geral do Código Civil	21 a 30
Direito da Criança e do Adolescente	31 a 40
Legislação Estatutária	41 a 50
Código de Defesa do Consumidor	51 a 60
Direito Penal	61 a 70
Direito Processual Penal	71 a 80
Direito Constitucional	81 a 90
Direito Administrativo	91 a 100

Órgão Executor:

F A U R G S

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 03/2002

INSTRUÇÕES

1. Este CADERNO DE PROVA consta de 100 questões objetivas, assim distribuídas: **Língua Portuguesa** – 20 questões; **Parte Geral do Código Civil** – 10 questões; **Direito da Criança e do Adolescente** – 10 questões; **Legislação Estatutária** – 10 questões; **Código de Defesa do Consumidor** – 10 questões; **Direito Penal** – 10 questões; **Direito Processual Penal** – 10 questões; **Direito Constitucional** – 10 questões, e **Direito Administrativo** – 10 questões.

2. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao Fiscal que o substitua.

3. Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de sua exclusão do Concurso,
   - consultar livros, notas ou impressos;
   - comunicar-se com outro candidato ou terceiros;
   - utilizar calculadora ou equipamentos eletrônicos de qualquer natureza;
   - ausentar-se do recinto da prova sem acompanhamento do fiscal.

4. A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a Folha de Respostas será **imediatamente** recolhida.

5. Para cada **questão objetiva** existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na Folha de Respostas.

6. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorridas 2 (duas) horas do seu início.

7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números **01** a **07** referem-se ao texto abaixo.

A não ser aqueles filósofos _____ afirmaram a liberdade como um poder absolutamente incondicional da vontade, em quaisquer circunstâncias, os demais, mesmo que tivessem diferentes concepções, sempre levaram em conta a tensão entre nossa liberdade e as condições – naturais, culturais ou psíquicas – que nos determinam.

Nosso mundo, nossa vida e nosso presente formam um campo de condições e circunstâncias que não foram escolhidas e nem determinadas por nós e em cujo interior nos movemos. No entanto, esse campo é temporal: teve um passado, tem um presente e terá um futuro, _____ vetores e direções já podem ser percebidos e mesmo adivinhados como possibilidades objetivas. Diante desse campo, poderíamos assumir duas atitudes: ou a ilusão de que somos livres para mudá-lo em qualquer direção _____ desejarmos, ou a resignação de que nada podemos fazer.

Deixado a si mesmo, o campo do presente seguirá um curso que não depende de nós e seremos submetidos passivamente a ele. A liberdade, porém, não se encontra na ilusão do "posso tudo", nem no conformismo do "nada posso". Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como aberturas de novas direções e de novos sentidos a partir do que está dado.

Chaui, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1999. pp. 362-363. Texto adaptado.

01. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto (linhas 01, 13 e 17).

(A) que – cujos – de que
(B) os quais – que – que
(C) os quais – cujos – que
(D) que – nos quais – em que
(E) que – cujos – que

---

02. Considere as seguintes afirmações.

I - A expressão *os demais* (linhas 03 e 04) refere-se a um grupo de filósofos.

II - O emprego da primeira pessoa do plural ao longo do texto indica que a reflexão filosófica descrita refere-se a todos os seres humanos.

III- O emprego da primeira pessoa do singular (linhas 22 e 23) particulariza a discussão para o caso da própria autora; daí, o uso de aspas.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II
(E) I, II e III

03. De acordo com o texto,

(A) há apenas duas concepções de liberdade entre os filósofos.
(B) a vontade do indivíduo, no pensamento filosófico, não está relacionada com sua liberdade.
(C) o exercício da liberdade, segundo certo pensamento filosófico, implica a avaliação das circunstâncias presentes.
(D) a resignação é a atitude mais adequada diante da vida, pois sempre estamos submetidos a condições que não foram escolhidas por nós.
(E) aquele que se ilude com a crença de que pode fazer qualquer coisa é conformista.

---

04. Considere as seguintes possibilidades de substituição de expressões do texto.

I - *mesmo que* (linha 04) por *uma vez que*.
II - *No entanto* (linha 11) por *Contudo*.
III- *mesmo* (linha 14) por *simultaneamente*.

Quais delas manteriam o significado original da respectiva frase do texto?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II
(E) I, II e III

---

05. Assinale a alternativa em que se estabelece uma relação correta entre um pronome do texto e a expressão que tal pronome retoma.

(A) *que* (linha 07) – *as condições* (linha 06)
(B) *cujo* (linha 11) – *interior* (linha 11)
(C) *lo* (linha 17) – *Nosso mundo* (linha 08)
(D) *si mesmo* (linha 19) – *desse campo* (linha 15)
(E) *que* (linha 20) – *o campo do presente* (linha 19)

---

06. Desconsiderando questões de emprego de maiúsculas, a mudança que acarretaria erro de pontuação no texto é a

(A) supressão dos travessões das linhas 06 e 07.
(B) substituição dos travessões das linhas 06 e 07 por parênteses.
(C) substituição dos dois-pontos da linha 12 por ponto.
(D) substituição dos dois-pontos da linha 16 por ponto.
(E) inserção de vírgula depois da palavra *sentidos* na linha 26.

---

07. Caso o verbo *assumir* (linhas 15 e 16) fosse substituído pela expressão *ser levados*, em quantos contextos, nessa frase do texto, seriam criadas as condições para o emprego do sinal de crase?

(A) Nenhum
(B) Um
(C) Dois
(D) Três
(E) Quatro

Instrução: As questões de números **08** a **11** referem-se ao texto abaixo.

No contexto de uma discussão acerca de cidadania, torna-se imperioso investigar os aspectos legais necessários ____ adequada ..... da violência dentro de um sistema democrático. Tais aspectos dizem respeito ____ implantação de um conjunto de garantias e de delimitações formais ao uso da força na sociedade. Um tal sistema legal, contudo, somente poderá ser efetivado ..... estiver muito distanciado da concepção da maioria das pessoas com relação ao que seja a justiça, pois a concordância quanto ____ regras de utilização da força física – elemento que lhe confere legitimidade – só se torna possível na medida em que a repressão sirva para garantir os direitos de todos os setores da sociedade. Se a lei for utilizada para defender ..... de certos grupos em detrimento de outros, isto é, for discriminatória, ela abrirá o caminho para a justiça feita pelas próprias mãos, disseminando ____ violência no meio social.

Santos, José Vicente T. e Tirelli, Cláudia. "A ordem pública e o ofício de polícia". In: SOUSA, E. L. A. *Psicanálise e Colonização: leituras do sintoma social brasileiro.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 114. Texto adaptado.

08. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas pontilhadas do texto (linhas 03, 08 e 15).

(A) contensão – senão – privilégios
(B) contensão – se não – privilégios
(C) contenção – senão – previlégios
(D) contenção – se não – previlégios
(E) contenção – se não – privilégios

09. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas com traço contínuo no texto (linhas 03, 05, 10 e 18).

(A) à – à – à – à
(B) à – à – a – a
(C) a – à – à – a
(D) a – a – a – a
(E) à – a – a – à

10. Considere as seguintes afirmações.

I - Num sistema democrático, é necessário que a violência seja contida por meios legais.

II - As concepções dos cidadãos acerca do que seja a justiça devem ser contempladas na formulação das leis.

III- A lei deve apenas ser respeitada, pois, em qualquer utilização que dela se faça, veremos a discriminação de certos grupos e o favorecimento de outros.

Quais estão de acordo com o texto?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II
(E) I, II e III

11. As palavras abaixo sugeridas são sinônimos adequados das respectivas palavras do texto, considerando o contexto em que ocorrem, **À EXCEÇÃO DE**

(A) *imperioso* (linha 02) – autoritário
(B) *delimitações* (linha 06) – restrições
(C) *confere* (linha 12) – imprime
(D) *detrimento* (linha 15 e 16) – prejuízo
(E) *disseminando* (linha 18) – difundindo

Instrução: As questões de números **12** a **20** referem-se ao texto abaixo.

Este é um momento mágico. Há poucos momentos como este na sua vida. Se dependesse de certas pessoas, haveria ainda menos. Você está dentro de uma cabine indevassável. Isso significa que ninguém pode ver o que você está fazendo. Se alguém estiver espiando, proteste. Se entrou alguém com você na cabine, segurou a sua mão e está tentando guiá-la para um determinado quadradinho na cédula, grite e espemele. Você tem que estar sozinho dentro da cabine – você e a cédula. Certifique-se de que existe um balcão na cabine; se não existir, você poderá ter entrado no lugar errado. Reabra a porta, sorria, diga alguma coisa como "Enganei vocês, hein?" e dirija-se para o lugar certo: a cabine indevassável. Lá só estarão você, uma cédula, uma caneta, um balcão e a sua consciência. A sua consciência você conhece. É aquilo que você tem por dentro e está sempre olhando você nos olhos; que não tem boca e não cala a boca. É aquilo que você tenta enganar de vez em quando, descontrair com uma bebidinha, adormecer com uma conversa e, quando você pensa que deixou em casa, está do seu lado. O que não vai na sua conversa nem na de ninguém, o que você não engana.

Sempre achei que cada cabine eleitoral deveria ter um espelho. A pessoa deveria entrar na cabine e se encontrar. Você por aqui? Pois é. Votando, é? Veja você. Antes de votar, a pessoa deveria se olhar longamente no espelho. Talvez espremer um cravo, sei lá. Este é sempre um momento filosófico: você e o seu avesso, frente a frente, e mais ninguém. Esse autoencontro na cabine indevassável não seria como outro qualquer, no quarto ou no banheiro, em que a gente mal se vê, ou se olha pensando em outra coisa. Não. No espelho de uma cabine eleitoral, você se veria pela primeira vez no ato de ser um cidadão. A situação teria até uma certa solenidade. Você é um contribuinte, você é um cadastrado, você é um registrado, um vacinado, um arrolado, um convocado, mas raramente, a não ser nestes momentos mágicos, se sente um cidadão. E aí está você, sendo um cidadão. Todos são iguais dentro de uma cabine eleitoral. A única diferença é entre o canhoto e o destro, entre o que se debruça sobre a cédula e morde a língua e o que levanta o dedinho, entre o que faz uma cruz ou um V e o que preenche, meticulosamente, todo o quadrinho. Mas todos estão sozinhos com o seu poder e todos têm o mesmo poder. Aí está você, sendo poderoso. Sem dúvida, a cabine deveria ter um espelho para você não perder o espetáculo.

Veríssimo, Luis Fernando. "Momento mágico". In: *Comédias da Vida Pública.* Porto Alegre: L&PM, 1995. pp. 172-173. Texto adaptado.

12. Considere as seguintes afirmações.

I - A consciência só cala a boca quando a pessoa está conversando e está sob efeito do álcool.

II - O voto é um ato que realça no indivíduo o sentimento de cidadania.

III- Os momentos em que estamos sós são momentos de auto-encontro e, por isso, são sempre momentos filosóficos.

Quais estão de acordo com o texto?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e III
(E) I, II e III

---

13. Nesse texto, o autor lança mão do recurso de dirigir-se diretamente a seu leitor, buscando fazer com que este se coloque na situação de estar numa cabine eleitoral, no momento do voto. Todos os recursos lingüísticos abaixo arrolados contribuem para isso, **À EXCEÇÃO DO**

(A) emprego do pronome *sua* na linha 02.
(B) emprego do pronome *Você* na linha 03.
(C) emprego do imperativo na forma verbal *proteste* (linha 06).
(D) emprego do pronome *Todos* na linha 40.
(E) emprego do advérbio *Aí* na linha 47.

---

14. Desconsiderando questões de pontuação e emprego de maiúsculas, assinale a alternativa em que a mudança de ordem sugerida altera o significado da respectiva frase.

(A) Passagem do advérbio *Sempre* para depois da forma verbal *achei*, na linha 24.

(B) Passagem do adjunto adverbial *Antes de votar* (linha 27) para depois da forma verbal *deveria* (linha 27).

(C) Passagem do advérbio *longamente* (linhas 27 e 28) para depois de *no espelho* (linha 28).

(D) Passagem do advérbio *mal* para depois da forma verbal *vê* (linha 33).

(E) Passagem do advérbio *raramente* (linhas 38 e 39) para depois de *mágicos,* na linha 39.

15. Considere as seguintes afirmações acerca da palavra *indevassável* (linha 04).

I - Sua combinação com a palavra *cabine* quando o assunto são as eleições é freqüente na língua portuguesa.

II - Considerando seu contexto, a palavra poderia ser substituída por *imperscrutável* sem alteração de significado.

III - A palavra apresenta, em sua estrutura, um prefixo de valor negativo e um sufixo.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II
(E) I, II e III

---

16. Todas as palavras abaixo apresentam sufixo em sua estrutura, **À EXCEÇÃO DE**

(A) *momento* (linha 01).
(B) *eleitoral* (linha 24).
(C) *cidadão* (linha 35).
(D) *contribuinte* (linhas 36 e 37).
(E) *poderoso* (linha 47).

---

17. Considere as seguintes afirmações acerca do emprego de tempos verbais no texto.

I - A mudança da forma verbal *dependesse* (linha 02) para *depender* acarretaria a mudança obrigatória do tempo do verbo *haver* (linha 03).

II - Caso a locução *estiver espiando* (linhas 05 e 06) fosse substituída pela forma verbal *espiar*, a frase deixaria de indicar uma hipótese.

III- A substituição da forma verbal *deveria* (linha 24) por *deve* acarretaria a mudança obrigatória do tempo verbal do verbo *achar* (linha 24).

Quais estão corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e III
(E) I, II e III

18. Caso tivéssemos *um balcão e uma caneta* ao invés de *um balcão* na linha 11, quantas outras palavras no período deveriam sofrer ajuste para fins de concordância?

(A) Nenhuma
(B) Uma
(C) Duas
(D) Três
(E) Quatro

19. Na primeira coluna são apresentadas justificativas para o emprego de sinais de pontuação e, na segunda coluna, são mencionados alguns empregos de vírgula no texto.

(1) Isola adjunto adverbial deslocado.
(2) Separa orações coordenadas.
(3) Isola oração adjetiva explicativa.
(4) Separa elementos em uma enumeração.
(5) Separa oração subordinada adverbial anteposta.

( ) Emprego de vírgulas na linha 12
( ) Emprego de vírgulas na linha 21
( ) Emprego de vírgula na linha 34

Assinale a alternativa que numera corretamente os parênteses da segunda coluna, de cima para baixo.

(A) 3 – 4 – 1
(B) 2 – 1 – 3
(C) 2 – 5 – 1
(D) 5 – 1 – 5
(E) 4 – 3 – 5

20. Considere as seguintes afirmações sobre acentuação.

I - A palavra *indevassável* (linha 04) também recebe acento gráfico em sua forma plural.

II - A mesma regra preceitua o emprego de acento gráfico nas palavras *Lá* (linha 14), *só* (linha 14) e *aí* (linha 40).

III - A mesma regra preceitua o emprego de acento gráfico nas palavras *vê* (linha 33) e *têm* (linha 47).

Quais estão corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II
(E) I, II e III

PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL

21. Sobre os defeitos dos atos jurídicos, pode-se afirmar que

(A) ensejam a nulidade de pleno direito do ato jurídico em que estejam presentes.
(B) se caracterizam pela dissociação entre a declaração de vontade e a vontade real do agente e por seu reconhecimento pelo direito.
(C) se caracterizam pela intenção de causar dano a outrem.
(D) admitem a anulação de ato bilateral se ambas as partes tiverem se comportado com dolo.
(E) admitem a anulação do contrato, se celebrado, em razão de vício de coação, em circunstância como a exemplificada a seguir: o senhor **X** busca condicionar o senhor **Y** a realizar contrato sob pena de, se **Y** se negar a fazê-lo, executar a dívida de que é credor.

22. Considerando que os senhores **A** e **B** celebram um contrato e que **A** pretende anular esse contrato em razão de dolo de **B**, é correto afirmar que tal contrato

(A) só poderá ser anulado por **A** se este provar que também agiu com dolo.
(B) não poderá ser anulado se provado o dolo de **A** e de **B**.
(C) poderá ser anulado se provado o dolo de **A** e de **B**.
(D) não poderá ser anulado se **B** provar que não agiu com dolo e que **A** é que cometeu erro em relação a elementos essenciais do contrato.
(E) será nulo de pleno direito, uma vez provado o dolo de **B**, podendo a nulidade ser reconhecida de ofício pelo Juiz.

23. Considerando a capacidade de fato, assinale a afirmativa correta.

(A) O menor de 16 anos só poderá casar se contar com a autorização expressa de ambos os pais.
(B) A posse em emprego público efetivo faz cessar a incapacidade absoluta.
(C) Os absolutamente incapazes não são titulares de direitos inerentes à personalidade, passando a sê-lo apenas quando se tornam relativamente incapazes.
(D) A cessação da incapacidade civil relativa e a da inimputabilidade penal se reconhecem na mesma idade de dezoito anos.
(E) Os pródigos, quando reconhecidos como incapazes, não o são para todos os atos da vida civil.

24. Sobre os bens públicos, é correto afirmar que

(A) eles integram o patrimônio dos órgãos da União, dos Estados e dos Municípios, de suas autarquias e empresas públicas.

(B) eles poderão deixar de ser considerados inalienáveis, desde que assim seja expressamente previsto em lei.

(C) sua utilização não depende de prévia retribuição por parte do usuário.

(D) não se consideram bens públicos as terras devolutas, porquanto essas são passíveis de ser adquiridas através de sua mera posse por particulares.

(E) se consideram bens públicos os bens integrantes de fundação, ainda que ela seja constituída sob o regime de direito privado.

25. Analise as afirmativas abaixo e assinale a correta.

(A) O domicílio da pessoa jurídica é sempre o lugar indicado como o da sua sede no ato constitutivo.

(B) A pessoa natural, que viva em diversos locais de residência habitual, terá considerado como seu domicílio o lugar onde se encontre.

(C) A sociedade comercial, independente do lugar onde realize negócios, terá por domicílio o lugar indicado no ato constitutivo da sociedade como o de sua sede.

(D) O domicílio convencional poderá ser estabelecido pelas partes, contratualmente, especificando-se onde se exercem ou se cumprem as obrigações contratadas.

(E) O domicílio dos militares da ativa é o lugar onde servem atualmente e o dos militares da reserva é o último lugar em que serviram na ativa.

26. A respeito dos atos jurídicos, é correto afirmar que

(A) os atos realizados pelos relativamente incapazes são nulos de pleno direito se o foram sem a intervenção do seu representante ou assistente.

(B) o ato deverá ser considerado igualmente nulo, ainda que possa ser comprovado por outro meio, se declarado nulo o instrumento pelo qual se praticou tal ato.

(C) a incapacidade relativa pode ser alegada pelo próprio incapaz para invalidar negócio jurídico que tenha celebrado, ainda que, por ato próprio, tenha ocultado intencionalmente a sua idade de outro co-contratante.

(D) os negócios jurídicos celebrados mediante tabelião oficial reputam presunção absoluta quanto à vontade dos contratantes.

(E) o ato jurídico que não for celebrado na forma determinada, havendo forma prescrita em lei, será nulo.

27. Considerando a personalidade jurídica, pode-se afirmar que

(A) o registro das pessoas jurídicas determina, em qualquer caso, o início da sua personalidade judicial.

(B) as sociedades e as associações distinguem-se, dentre outros critérios, pelo caráter filantrópico da segunda.

(C) a pessoa natural, desde a sua concepção, tem sua personalidade reconhecida por lei .

(D) as fundações poderão ser instituídas por escritura pública ou por testamentos.

(E) ela decorre do registo especial do Cartório de Registros específico, em se tratando de órgãos estatais tais como ministérios, secretarias de Estado e autarquias.

28. Com referência à simulação, assinale a afirmativa correta.

(A) A simulação é defeito do negócio jurídico, pelo qual se induz outra pessoa a celebrar o negócio através de uma falsa representação da realidade, sem a qual o induzido não o teria realizado.

(B) Na simulação, qualquer pessoa é legítima para requerer a anulação do negócio jurídico simulado.

(C) A simulação é defeito do negócio jurídico que lhe determina a anulabilidade, independente da vontade de os sujeitos do negócio prejudicarem a terceiros.

(D) Na simulação, não importa a anulação do ato, devendo responder o beneficiado somente pelas perdas e danos cabíveis.

(E) A simulação ocorre também quando os instrumentos particulares de celebração do negócio forem pós-datados ou antedatados.

29. Considerando os atos ilícitos, qual afirmativa está correta?

(A) A cláusula geral de atos ilícitos do Código Civil admite, em alguns casos, a responsabilidade objetiva.

(B) O exercício abusivo de direito é exemplo de ato lícito uma vez previsto dentre as excludentes de ilicitude, mas enseja indenização por perdas e danos.

(C) O relativamente incapaz não fica obrigado ao ressarcimento do dano, ainda se culpado por dano patrimonial advindo de ato ilícito.

(D) A ratificação do ato retira-lhe o caráter de ilicitude.

(E) A cláusula geral sobre atos ilícitos do Código Civil consagra, exclusivamente, a responsabilidade subjetiva.

30. Sobre o instituto da prescrição, é correto afirmar que

(A) extingue as pretensões, em razão do seu não-exercício por um certo lapso de tempo fixado em lei.

(B) é fenômeno extintivo das pretensões, ações, exceções e direitos pelo decurso do tempo.

(C) extingue os direitos do titular que não os exerce no lapso de tempo fixado na lei.

(D) a causa suspensiva da prescrição, se existir, sempre aproveita a todos os credores solidários, ao contrário do que se observa na ocorrência de causa interruptiva.

(E) extingue as ações em razão do exercício irregular de direito protestativo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

31. Assinale a assertiva correta, no que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto à autorização judicial de viagem.

(A) Nenhuma criança ou adolescente poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou responsável, sem autorização judicial.

(B) Em se tratando de viagem ao exterior, é dispensável a autorização judicial quando a criança ou o adolescente estiver acompanhado por um dos pais, autorizado pelo outro através de documento com firma reconhecida.

(C) É necessária a autorização judicial quando a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até terceiro grau, mesmo que comprovado seu parentesco.

(D) A autoridade judicial poderá, a pedido dos pais, conceder à criança ou ao adolescente autorização judicial de viagem válida por três anos.

(E) É exigida a autorização judicial quando se tratar de viagem à comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente, na mesma unidade de Federação ou incluída na mesma região metropolitana.

32. Considerando as assertivas abaixo, no que se refere aos Conselhos Tutelares, é correto afirmar que

(A) haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar em cada município, composto de cinco membros indicados pela autoridade judiciária para mandato de três anos, permitida uma recondução.

(B) é um órgão permanente, jurisdicional, encarregado do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

(C) o exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e lhe assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento.

(D) a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar constará de Lei Orçamentária Estadual.

(E) o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal e fiscalizado pelo Poder Judiciário.

33. Os menores de _____ anos serão representados. A partir dessa idade até os _____ anos, serão assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil e processual.

Conforme o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao acesso à Justiça, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto acima.

(A) 12 – 16

(B) 12 – 18

(C) 12 – 21

(D) 16 – 18

(E) 16 – 21

34. Considere as assertivas abaixo, à luz do ato infracional previsto na Lei nº 8.069/90.

I - A internação de adolescente constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

II - O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária, que o internará por até 45 dias, independente da gravidade do ato infracional.

III - A medida de internação de adolescente não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

Quais são corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e III
(E) I, II, III

35. Em determinadas hipóteses, o Juiz poderá estabelecer para o adolescente a medida de prestação de serviços à comunidade. Assim, as tarefas atribuídas conforme a aptidão do adolescente deverão ser cumpridas durante uma jornada máxima de

(A) 4 horas semanais.
(B) 6 horas semanais.
(C) 8 horas semanais.
(D) 10 horas semanais.
(E) 12 horas semanais.

---

36. A medida de _____ pode ser determinada, desde o início ou como forma de transição, para meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, _____ de autorização judicial.

Assinale a alternativa que, segundo os preceitos do ECA, preenche adequadamente as lacunas da frase acima,

(A) semiliberdade – independentemente
(B) liberdade assistida – dependentemente
(C) internação – independentemente
(D) liberdade assistida – independentemente
(E) semiliberdade – dependentemente

---

37. Considere as assertivas abaixo, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

I - Considera-se criança para efeitos do ECA a pessoa de até doze anos de idade e adolescente a de até dezoito anos de idade.

II - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento.

III- Será obrigatória a criação de Varas especializadas e exclusivas da Infância e da Juventude.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II
(E) I, II, III

38. O Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto ao ato infracional praticado pelo adolescente, estabelece medidas socioeducativas que serão aplicadas levando-se em conta, também, a capacidade do adolescente de cumpri-la.

A respeito dessas medidas, associe as afirmações da primeira coluna às suas respectivas denominações na segunda.

(1) Sua aplicação é cabível somente quando não existir outra hipótese. Poderá também ser determinada anteriormente à sentença como forma de proteção ao adolescente; neste caso, existe a observância de um prazo estabelecido em lei.

(2) Será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo, a qualquer tempo, ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público e o defensor.

(3) Poderá ser concedida levando-se em conta as circunstâncias e conseqüências do fato no contexto social, bem como a personalidade do adolescente. Poderá ser concedida juntamente com a aplicação de medida socioeducativa.

(4) Consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral junto a entidades, hospitais e outros estabelecimentos congêneres, supervisionadas pela autoridade judiciária.

(5) Determina a obrigatoriedade à escolarização e à profissionalização, objetivando a reinserção do adolescente na sociedade.

( ) Remissão
( ) Semiliberdade
( ) Liberdade assistida
( ) Internação
( ) Prestação de serviços

A seqüência numérica correta, na segunda coluna, de cima para baixo, é

(A) 3 – 5 – 2 – 1 – 4.
(B) 3 – 2 – 4 – 1 – 5.
(C) 5 – 4 – 2 – 1 – 3.
(D) 5 – 2 – 4 – 3 – 1.
(E) 5 – 2 – 1 – 3 – 4.

39. Considerando o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a assertiva **INCORRETA**.

(A) É função do Ministério Público requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

(B) É competência da Justiça da Infância e da Juventude conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.

(C) Para efeitos da responsabilização por atos previstos no ECA, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

(D) Não sendo possível a apresentação imediata do adolescente ao Ministério Público, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará essa apresentação no prazo máximo de vinte e quatro horas.

(E) A liberação do adolescente internado será compulsória aos 18 anos de idade.

40. Assinale a assertiva que **NÃO** corresponde aos preceitos estabelecidos no ECA quanto aos crimes e infrações administrativas.

(A) Crianças e adolescentes desacompanhados só poderão ser hospedados em pensão, hotel, motel e outros estabelecimentos similares com autorização por escrito dos pais ou responsável ou da autoridade judiciária.

(B) O adolescente trazido de outra comarca para prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais, deverá ser apresentado à autoridade judiciária para regularização de sua guarda.

(C) Os crimes praticados contra a criança ou o adolescente são de ação pública incondicionada.

(D) Os médicos, os professores ou os responsáveis por estabelecimentos de saúde e de ensino deverão comunicar à autoridade competente somente os casos confirmados de maus tratos contra crianças e adolescentes.

(E) Os responsáveis por diversão ou espetáculo têm o dever de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, informações destacadas sobre a natureza da diversão ou do espetáculo, bem como a faixa etária especificada no certificado de classificação.

LEGISLAÇÃO ESTATUTÁRIA

41. Segundo a Lei Estadual nº 7.366, de 29 de março de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil, assinale a assertiva **INCORRETA.**

(A) O exercício de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas, nos Órgãos integrantes da respectiva estrutura, é privativo dos servidores da ativa da Polícia Civil, podendo excepcionalmente, as funções de assessoramento serem exercidas por servidores inativos.

(B) A apresentação da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é requisito para a posse no cargo de Delegado de Polícia.

(C) O funcionário policial poderá ser removido a pedido, *ex-officio,* por conveniência dos serviços, e por conveniência da disciplina.

(D) A substituição do titular de Delegacia de Polícia dar-se-á por Delegado de Polícia; porém, em caráter excepcional, Comissário, Inspetor ou Escrivão de Polícia poderá responder pelo expediente de Delegacia de Polícia classificada em 1ª categoria.

(E) Os Delegados de Polícia somente poderão ser removidos de um para outro município com observância da correspondente classificação legal e regulamentar, mas, excepcionalmente, atendendo à conveniência do serviço, a administração policial poderá lotar Delegado de Polícia em Delegacia de classificação superior.

42. Além dos direitos conferidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e demais diplomas legais, são assegurados aos servidores da Polícia Civil, entre outros, segundo o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil, Lei Estadual nº 7.366, de 29-3-1980, os demais direitos citados abaixo, **EXCETO** um deles. Assinale-o.

(A) Promoções regulamentares, inclusive *post mortem*, quando for o caso.

(B) Recompensas e porte de arma, mesmo na inatividade.

(C) Prisão especial de conformidade com a lei federal, com o presente Estatuto e com as demais disposições pertinentes.

(D) Assistência médico-hospitalar custeada pelo Estado, quando acidentado ou acometido de doença adquirida em serviço ou em conseqüência dele.

(E) Assistência judiciária custeada pelo Estado, quando processado por ato praticado no exercício da função policial ou em razão dela, inclusive nos casos de crime contra o patrimônio público, a paz pública e a administração pública.

43. As recompensas, à luz da Lei Estadual nº 7.366, de 29 de março de 1980 – Estatuto dos Servidores da Polícia Civil, constituem reconhecimento por bons serviços prestados pelo servidor e compreendem, entre outras:

I - Citações e Louvores;
II - Dispensa do Serviço, até dez dias;
III- Medalha do Mérito Policial;
IV- Medalha de Serviço Policial;
V - Promoção por Merecimento.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I, II e III
(B) Apenas III, IV e V
(C) Apenas I, II, III e IV
(D) Apenas II, III, IV e V
(E) I, II, III, IV e V

44. A remuneração do servidor da Polícia Civil, conforme dispõe a Lei Estadual nº 7.366, de 29 de março de 1980 – Estatuto dos Servidores da Polícia Civil, compreende vencimentos, adicionais, gratificações, indenizações e outras vantagens. Considere a percepção das seguintes a título de

I - professor;
II - risco de vida e saúde;
III- representação;
IV- auxílio diferença de caixa;
V - participação em órgão de deliberação coletiva.

Quais estão asseguradas como percepção de gratificações?

(A) Apenas I e II
(B) Apenas II e III
(C) Apenas I, III e IV
(D) Apenas I, III, IV e V
(E) I, II, III, IV e V

45. A Polícia Civil é uma organização baseada na hierarquia e na disciplina. À luz da Lei Estadual nº 7.366, de 29-3-1980 – Estatuto dos Servidores da Polícia Civil, está **INCORRETO**, sobre esse dispositivo, afirmar que

(A) a hierarquia entre os servidores ocupantes dos cargos do Quadro Geral dos Funcionários Públicos, de lotação privativa na Polícia Civil, se estabelece em razão da antigüidade.
(B) os funcionários policiais de padrão superior têm precedência hierárquica sobre os de padrão inferior, quando exercem funções no mesmo órgão ou prestem serviços em conjunto, situação em que prevalecerá a superioridade do mais antigo na igualdade de padrões.
(C) a hierarquia dos funcionários policiais está constituída de Autoridades Policiais: Delegados de Polícia, e Agentes da Autoridade: Comissário de Polícia e Comissário de Diversões Públicas, Inspetor e Escrivão de Polícia, Inspetor de Diversões Públicas e Radiotelegrafista Policial e Investigador e Mecânico de Polícia.
(D) a hierarquia da função prevalecerá sobre a do cargo dentro de uma mesma classe na carreira.
(E) se observará, na designação para as funções de chefia, a ordem de preferência hierárquica estabelecida no Estatuto citado.

46. Segundo a Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a assertiva **INCORRETA.**

(A) O recrutamento de pessoas para trabalhar no serviço público estadual é geral e destina-se a selecionar candidatos através de concurso público para preenchimento de vagas existentes no quadro de lotação de cargos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Estado.
(B) O concurso público tem como objetivo selecionar candidatos à nomeação em cargos de qualquer forma de provimento, podendo o concurso ser de provas ou de provas e títulos.
(C) As provas dos concursos públicos devem aferir, com caráter eliminatório, os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo.
(D) Para as provas de títulos, serão considerados como tais somente os cursos ou atividades desempenhadas pelos candidatos que tiverem relação direta com as atribuições do cargo pleiteado, sendo que os pontos a eles correspondentes não poderão somar mais de vinte e cinco por cento do total dos pontos do concurso.
(E) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, no interesse da Administração.

47. À luz da Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, considere as afirmações abaixo.

I - Estágio probatório é o período em que o servidor, nomeado em caráter efetivo, ficará em observação e durante o qual será verificada a conveniência ou não de sua confirmação no cargo.

II - Lotação é a força de trabalho qualitativa e quantitativa de cargos nos órgãos em que, efetivamente, devam ter exercício os servidores, observados os limites fixados para cada repartição ou unidade de trabalho.

III - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até trinta dias contados da data da posse.

IV - Estabilidade é a situação que o servidor nomeado adquire no serviço público, após o exercício de dois anos de trabalho em caráter experimental.

V - Posse é a aceitação expressa do cargo, formalizada com a assinatura do termo no prazo de quinze dias, a contar da nomeação, prorrogável por igual período a pedido do interessado.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I, II e III
(B) Apenas II, IV e V
(C) Apenas I, II, III e V
(D) Apenas II, III, IV e V
(E) I, II, III, IV e V

48. Quanto ao Regime Disciplinar, são deveres do servidor, entre outros, conforme dispõe a Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, os citados nas alternativas abaixo, **EXCETO** o que consta em uma delas. Assinale-o.

(A) Representar ou levar ao conhecimento das autoridades judiciais as irregularidades de que tiver conhecimento no órgão em que servir, em razão das atribuições do seu cargo.

(B) Atender com presteza à expedição de certidões requeridas, para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(C) Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

(D) Atender com presteza o público em geral, prestando as informações requeridas que estiverem ao seu alcance, ressalvadas as protegidas por sigilo.

(E) Observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem confiados.

49. Analise as afirmações abaixo, considerando o disposto na Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

I - As promoções de grau a grau, nos cargos organizados em carreira, obedecerão aos critérios de merecimento e antigüidade, alternadamente.

II - Readaptação é a forma de investidura do servidor estável em cargo de atribuições e responsabilidades mais compatíveis com sua vocação ou com as limitações que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, podendo ser processada a pedido ou *ex-officio*.

III - Aproveitamento é o retorno à atividade do servidor em disponibilidade e, far-se-á, em cargo de quaisquer atribuições e vencimentos desde que aceito pelo servidor.

IV - Reintegração é o retorno do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado, ou ao resultante de sua transformação, em conseqüência de decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento.

V - Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando verificada, por junta médica oficial, a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I, III e IV
(B) Apenas I, III e V
(C) Apenas I, II, IV e V
(D) Apenas II, III, IV e V
(E) I, II, III, IV e V

50. Ao servidor, segundo dispõe o Regime Disciplinar, da Lei Complementar nº 10.098, de 03-02-1994, é proibido

I - participar de associação como presidente e da direção ou gerência de cooperativas e entidades de classe.

II - referir-se, de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridade e a atos da administração pública estadual, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-lo do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.

III- utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em atividades particulares ou políticas.

IV - exercer ou permitir que subordinado seu exerça atribuições diferentes das definidas em lei ou regulamento como próprias do cargo ou função, ressalvados os encargos de chefia e as comissões legais.

V - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associações profissional ou sindical, ou com objetivos político-partidários.

Quais, dentre outras proibições, estão corretas?

(A) Apenas I, III e IV
(B) Apenas I, III e V
(C) Apenas I, II, IV e V
(D) Apenas II, III, IV e V
(E) I, II, III, IV e V

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

51. O Código de Defesa do Consumidor estabelece quatro conceitos de consumidor que a doutrina batizou, respectivamente, de

(A) consumidor padrão, consumidor coletivo, consumidor vítima e consumidor equiparado.
(B) consumidor contratual, consumidor extracontratual, consumidor vítima e consumidor coletivo.
(C) consumidor contratual, consumidor padrão, consumidor coletivo e consumidor equiparado.
(D) consumidor padrão, consumidor coletivo, consumidor difuso e consumidor equiparado.
(E) consumidor padrão, consumidor contratual, consumidor extracontratual e consumidor coletivo.

52. Considerando os princípios abaixo citados, assinale qual deles **NÃO** está consagrado expressamente no Código de Defesa do Consumidor.

(A) Princípio do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor.
(B) Princípio da boa-fé objetiva.
(C) Princípio da informação.
(D) Princípio da racionalização e melhoria dos serviços públicos.
(E) Princípio da proibição de comercialização de produtos potencialmente nocivos ou perigosos à saúde.

53. A doutrinadora Cláudia Lima Marques, em sua obra *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o regime das relações contratuais*, refere que "A idéia central é possibilitar uma aproximação e uma relação contratual mais sincera e menos danosa entre consumidor e fornecedor. [...] significa informação clara e correta sobre o produto a ser vendido, sobre o contrato a ser firmado, significa lealdade e respeito nas relações entre fornecedor e consumidor, mesmo na fase pré-contratual, isto é, na fase negocial dos contratos de consumo. O CDC regulará, assim, inicialmente aquelas manifestações do fornecedor tentando atrair o consumidor para a relação contratual, tentando motivá-lo a adquirir seus produtos e usar os serviços que oferece. Regula, portanto, o Código, a oferta feita pelo fornecedor, incluindo aqui também a publicidade veiculada por ele. O fim destas normas protetivas é assegurar a seriedade e a veracidade destas manifestações, criando uma nova noção de 'oferta contratual'."

Especialmente na passagem transcrita, a autora faz a análise do

(A) princípio da transparência.
(B) princípio do reconhecimento da hipossuficiência do consumidor.
(C) princípio do dirigismo contratual.
(D) princípio do equilíbrio contratual.
(E) princípio da confiança negocial.

54. Dentre os direitos básicos do consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor, encontra-se o da inversão do ônus da prova. Em relação a esse direito, é correto afirmar que tal inversão somente pode ocorrer

(A) se houver o reconhecimento da verossimilhança da alegação ou da vulnerabilidade do consumidor.
(B) em benefício do consumidor, e não em prejuízo deste.
(C) no processo civil e no processo penal, mas não em procedimentos administrativos.
(D) no processo civil e em procedimentos administrativos, e não no processo penal.
(E) em ações individuais que tenham por objeto a reclamação de consumidor pessoa física.

55. De acordo com a sistemática adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, são responsáveis pelo fato do produto

(A) o comerciante.

(B) o fornecedor.

(C) o fabricante, o produtor, o construtor e o importador e, em certos casos indicados em lei, o comerciante.

(D) o fabricante, o produtor, o construtor e o comerciante e, em certos casos indicados em lei, o importador.

(E) todos aqueles que participam da cadeia de produção do produto.

56. O direito de reclamar de vícios, ocultos, dos produtos caduca em

(A) quinze dias se forem bens móveis e seis meses se forem imóveis, a partir do aparecimento do vício.

(B) quinze dias se forem bens não-duráveis e seis meses se forem bens duráveis, a partir da data de entrega.

(C) trinta dias se forem bens não-duráveis e sessenta dias se forem bens duráveis, a partir da data de entrega.

(D) trinta dias se forem bens não-duráveis e noventa dias se forem bens duráveis, a partir do aparecimento do vício.

(E) trinta dias se forem bens móveis e sessenta se forem bens imóveis, a partir do aparecimento do vício.

57. O Código de Defesa do Consumidor prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da sociedade fornecedora. Como conseqüência dessa desconsideração, pode-se apontar a seguinte:

(A) a pessoa jurídica será extinta, passando a responsabilidade das obrigações sociais para a pessoa dos sócios.

(B) a pessoa jurídica será dissolvida e será apurada a responsabilidade pessoal dos sócios.

(C) a pessoa jurídica continuará existindo, mas, no caso concreto, a responsabilidade será redirecionada à pessoa dos sócios.

(D) o Juiz decretará a responsabilidade solidária das sociedades coligadas.

(E) a responsabilidade pessoal dos sócios perante o consumidor será apurada, em tendo havido ato ilícito com a violação de lei de ordem pública.

58. Determinado fornecedor nega-se, sem motivo justificado, a fornecer produto a certo consumidor. Essa conduta representa

(A) um direito do fornecedor, pois cabe a ele escolher os seus contratantes.

(B) uma prática abusiva, tipificada no Código de Defesa do Consumidor.

(C) uma prática infracional penal, tipificada no Código de Defesa do Consumidor.

(D) uma cláusula contratual abusiva, reprimida pelo Código de Defesa do Consumidor.

(E) um direito do fornecedor, que somente pode ser exercitado em relação à comercialização de produtos não-essenciais.

59. Considerando as possíveis condutas dos fornecedores, assinale, dentre as citadas abaixo, a que **NÃO** representa a ocorrência de crime tipificado no Código de Defesa do Consumidor.

(A) Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.

(B) Empregar peças ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor, na reparação de produtos.

(C) Deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade.

(D) Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, bancos de dados, fichas e registros.

(E) Colocar no mercado, fornecer ou expor para fornecimento produtos ou serviços impróprios.

60. Em relação ao tratamento dispensado pelo Código de Defesa do Consumidor às infrações penais, pode-se afirmar que, no processo penal atinente aos crimes previstos nesse Código,

(A) essas infrações são tipificadas como crimes de ação penal pública condicionada à representação.

(B) não se admite a atuação de assistentes do Ministério Público nesse tipo de infração.

(C) se admite, nesse tipo de infração, apenas a atuação da própria vítima como assistente do Ministério Público.

(D) se admite a ação penal subsidiária nesse tipo de infração se a denúncia não for oferecida no prazo legal.

(E) se admite, nesse tipo de infração, como assistente do Ministério Público, apenas a atuação de associação legalmente constituída.

DIREITO PENAL

61. No Direito Penal, considerando a concorrência e a compensação de culpas *stricto sensu* na autoria colateral, pode-se afirmar que

(A) não se admite a compensação de culpas em tal circunstância.

(B) tal circunstância está prevista no artigo 59 – que trata de fixação da pena – do Código Penal.

(C) tal circunstância somente é admitida na Lei nº 9.613/98, que trata de crimes de lavagem de dinheiro.

(D) tal circunstância somente é admitida na Lei nº 2.252/54, que trata de crimes de corrupção de menores.

(E) os agentes respondem conjuntamente em havendo tal circunstância.

---

62. Um indivíduo **X** furta jóias de sua esposa, auxiliado por um comparsa.

Esse procedimento

(A) caracteriza um crime impossível.

(B) permite concluir que somente o indivíduo **X** é isento de pena.

(C) permite concluir que ambos são isentos de pena.

(D) permite concluir que ambos devem cumprir pena por furto.

(E) caracteriza uma atitude excludente da ilicitude.

---

63. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando a causa de extinção da punibilidade à sua respectiva classificação.

(1) Ato jurídico
(2) Fato jurídico

( ) A morte do agente.
( ) O casamento da vítima com terceiro.
( ) A retratação do agente.
( ) A anistia.
( ) A renúncia.
( ) O perdão do ofendido.
( ) A decadência.
( ) A *abolitio criminis*.

A seqüência correta dos números, na segunda coluna, de cima para baixo, é

(A) 2 – 1 – 1 – 1 – 1 – 1 – 2 – 2.
(B) 1 – 2 – 2 – 2 – 2 – 2 – 1 – 1.
(C) 2 – 1 – 1 – 1 – 1 – 2 – 2 – 1.
(D) 1 – 2 – 2 – 2 – 1 – 1 – 1 – 1.
(E) 2 – 1 – 1 – 1 – 1 – 2 – 2 – 2.

64. Um homem atropela um transeunte com sua charrete e o leva ao hospital de pronto-socorro, mas este nega-se, lá, a receber uma necessária transfusão de sangue por obediência à sua crença religiosa, fato que acaba causando-lhe a morte. Nesse caso, o condutor da charrete deve ser condenado por

(A) homicídio culposo, conforme Código de Trânsito Brasileiro; artigo 302.

(B) lesão seguida de morte, conforme Código Penal, artigo 129, parágrafo 3º.

(C) lesão corporal culposa, conforme Código de Trânsito Brasileiro, artigo 303.

(D) lesão corporal, conforme Código Penal, artigo 129.

(E) homicídio simples, conforme Código Penal, artigo 121.

---

65. No que tange à prescrição na legislação especial, pode-se afirmar que somente a lei que dispõe sobre _____ possui previsão singular.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna da frase acima.

(A) crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65).

(B) contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/41).

(C) crimes de imprensa (Lei nº 5.250/67).

(D) crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90).

(E) corrupção de menores (Lei nº 2.252/54).

---

66. Analise os princípios citados abaixo, considerando os Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/97, capítulo XIX), à luz da doutrina majoritária.

I - Princípio da proibição da analogia *in malam partem*.
II - Princípio da fragmentariedade.
III- Princípio da insignificância.
IV - Princípio da culpabilidade.
V - Princípio da igualdade.

Quais estão corretos?

(A) Apenas I e IV
(B) Apenas II e IV
(C) Apenas I, III e V
(D) Apenas II, III, IV e V
(E) I, II, III, IV e V

67. Se um carteiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em vez de entregar, viola e destrói correspondência contendo valores registrados, apropriando-se desses valores, comete

(A) estelionato.
(B) subtração ou inutilização de livro ou documento.
(C) peculato.
(D) apropriação indébita.
(E) furto.

68. Sob a égide da Lei nº 10.409 de 11-01-2002, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências, é **INCORRETO** afirmar que

(A) o sobrestamento do processo pode decorrer de acordo entre o Ministério Público e o indiciado.
(B) é imprescindível que o laudo pericial definitivo da droga seja positivo para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e do estabelecimento da autoria e materialidade do delito.
(C) o policial não autuará os portadores de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que entrem no território brasileiro, dele saiam ou nele transitem, com a finalidade de, em colaboração ou não com outros países, identificar e responsabilizar o maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.
(D) é possível a infiltração de policiais em quadrilhas, grupos, organizações ou bandos, com o objetivo de colher informações sobre operações ilícitas desenvolvidas no âmbito dessas associações.
(E) a redução da pena pode decorrer de acordo entre o Ministério Público e o indiciado.

69. Se, entre as leis que se sucedem, surge a *Lex mitior* intermediária, embora não seja nem a do momento em que foi praticado o fato nem a daquele em que esse foi julgado, pode-se afirmar que o agente deve ser condenado

(A) tanto pela lei à época da condenação quanto pela *Lex mitior* intermediária, havendo acumulação material de penas.
(B) tendo como base a lei à época do fato.
(C) tendo como base a lei à época da condenação.
(D) tendo como base a *Lex mitior* intermediária.
(E) pela lei à época do fato e, conjuntamente, pela lei à época da condenação, havendo acumulação material de penas.

70. Com relação aos prazos no Código Penal, considere as afirmações abaixo.

I - Os prazos penais são contados segundo o calendário gregoriano, no qual o dia, de acordo com o sistema romano, é o espaço de tempo de meia-noite (0h) à meia-noite (24h). Inclui-se, no cômputo do prazo penal, o dia de seu início. O mês poderá ter 28, 29, 30 ou 31 dias e o ano 365 ou 366 (bissexto) dias, ainda assim, serão contados sempre como um mês e como um ano.

II - A contagem do prazo prescricional não se interrompe nem se suspende por férias, domingos ou feriados. A hora do crime é indiferente, pois, ainda que o fato tenha sido praticado minutos antes da meia-noite de determinado dia, este será o do início do curso prescricional.

III- Quando o mesmo prazo estiver previsto no Código Penal e no Código de Processo Penal, aplica-se a contagem mais favorável ao agente.

Quais estão corretas?

(A) Apenas II
(B) Apenas I e II
(C) Apenas I e III
(D) Apenas II e III
(E) I, II e III

DIREITO PROCESSUAL PENAL

71. A conexão e a continência importarão unidade do processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a

(A) dos crimes tipificados no artigo 157, parágrafo 3º, do CPB.
(B) dos crimes tipificados na Lei nº 8.137/90.
(C) dos crimes de competência do Tribunal do Júri.
(D) dos crimes tipificados na Lei nº 9.437/97.
(E) militar.

72. Um indivíduo foi preso em flagrante delito pela prática de crime tipificado no artigo 10, *caput*, combinado com o parágrafo 2º, da Lei nº 9.437/97. Consumado o flagrante, seu advogado requereu à autoridade policial que fosse concedido ao seu cliente o benefício da concessão da liberdade provisória mediante fiança, a fim de que o mesmo fosse solto imediatamente. Em face da negativa da autoridade policial em conceder o benefício, o advogado informou que iria impetrar ordem de *habeas corpus* em favor de seu cliente. Ademais, informou que iria oferecer representação na Corregedoria contra a autoridade policial pela prática de abuso de autoridade. Por fim, salientou que iria oferecer outra representação junto ao Conselho Superior de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul.

No tocante à questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) É cabível a impetração de *habeas corpus*, haja vista que a autoridade policial tinha o dever de conceder liberdade provisória mediante fiança ao preso, requerida por seu advogado.

(B) É cabível a impetração de *habeas corpus* porquanto existe a faculdade, por parte da autoridade policial, de conceder ou não liberdade provisória mediante fiança ao preso.

(C) Ainda que cabível a impetração da ordem de *habeas corpus*, este será denegado, na medida em que a autoridade policial não pode conceder liberdade provisória ao preso mediante pagamento de fiança.

(D) Não é cabível, em hipótese alguma, a impetração de *habeas corpus* contra decisão de autoridade policial.

(E) Deverá o advogado do preso propor mandado de segurança constitucional, haja vista a evidente violação do direito líquido e certo de seu cliente.

---

73. No tocante à prisão preventiva, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

(A) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem econômica.

(B) Admite-se excepcionalmente a decretação da prisão preventiva nos crimes culposos.

(C) O querelante poderá requerer a decretação da prisão preventiva ao Juiz, nos casos em que a lei a admite.

(D) A apresentação espontânea do acusado à autoridade não impedirá a decretação da prisão preventiva, nos casos em que a lei a autoriza.

(E) Uma vez solto o acusado por determinação judicial, poderá novamente o Juiz decretar a prisão preventiva desse acusado.

74. Um homem de nacionalidade uruguaia, servidor público, perseguiu um brasileiro, seu desafeto por razão religiosa, da cidade de Santana do Livramento, no Brasil, para a cidade de Rivera, na República Oriental do Uruguai, país fronteiriço com o Brasil. No país vizinho, o uruguaio, com o emprego de fogo, praticou crime tipificado na legislação brasileira como incurso no artigo 1º, inciso I, letra "c", da Lei nº 9.455/97, causando lesões graves na vítima, o brasileiro.

Em relação à questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) O crime de tortura é afiançável.

(B) Compete exclusivamente à Justiça uruguaia processar e julgar o cidadão daquele país.

(C) A Justiça brasileira tem competência para processar e julgar o uruguaio.

(D) Em face da natureza do crime praticado, de tortura, caberá o julgamento pelo Tribunal Penal Internacional, com sede na cidade de Haia, Holanda.

(E) Já que inexiste tipificação legal de crime de tortura, em face da ausência de lei própria, caberá exclusivamente à Justiça do Uruguai processar e julgar o cidadão daquele país.

---

75. Em relação à Lei nº 9.613/98, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, assinale, no tocante aos aspectos processuais estabelecidos na referida legislação, a afirmativa correta.

(A) Esses crimes são suscetíveis de pagamento de fiança.

(B) Esses crimes são suscetíveis de liberdade provisória.

(C) Por esses crimes, o réu não poderá apelar em liberdade, em nenhuma hipótese.

(D) Esses crimes são insuscetíveis de liberdade provisória.

(E) Esses crimes são de competência da Justiça Estadual, ainda que o crime antecedente seja de competência da Justiça Federal.

76. Em relação à Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

(A) O acesso a dados e informações fiscais e bancárias dependerá de autorização judicial.

(B) É cabível a captação e a interpretação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos e o seu registro e análise, independentemente de autorização judicial.

(C) O acesso a informações financeiras e eleitorais dependerá de autorização judicial.

(D) A autorização judicial, no caso de infiltração de agentes de inteligência no desempenho de tarefas de investigação, será estritamente sigilosa e permanecerá nessa condição enquanto perdurar a infiltração.

(E) Não será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, a agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa.

77. Um indivíduo, preso em flagrante pela prática do crime de atentado violento ao pudor, foi apresentado à autoridade policial por soldados da Polícia Militar. No momento em que o indivíduo prestava depoimento perante a autoridade policial, esta desconfiou da sanidade mental do detido, tendo, entretanto, prosseguido na lavratura do auto. O defensor público, presente no ato, informou à autoridade policial responsável pelo flagrante que o procedimento estava incorreto, haja vista que as manifestações do preso evidenciavam grave doença mental, razão pela qual deveria suspender o prosseguimento do feito.

Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) Está correto o entendimento da autoridade policial em prosseguir na lavratura do auto de prisão em flagrante, conforme o disposto no artigo 304, do Código de Processo Penal.

(B) É incabível a prisão em flagrante de pessoa que apresente comprovadamente doença mental, razão pela qual também não está correto o entendimento do defensor público.

(C) Está correto o entendimento do defensor público, na medida em que deveria a autoridade policial suspender a continuidade dos trabalhos até a verificação do grau de doença apresentado pelo preso.

(D) Somente a autoridade judicial poderia autorizar a prisão do indivíduo em questão, em face dos indícios da doença mental apresentada.

(E) Para prosseguimento do auto de prisão em flagrante, deveria a autoridade policial requerer a presença de um integrante do Ministério Público para atuar na condição de curador do indivíduo detido. Não tendo a autoridade policial realizado tal diligência, o flagrante é nulo.

78. Um homem praticou crime de homicídio qualificado na cidade de Mostardas. Processado, foi, no final, absolvido pelo Tribunal do Júri por decisão unânime dos jurados. Inconformado com a decisão, o Ministério Público recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Em suas razões recursais, o Ministério Público sustentou, preliminarmente, que fosse declarada a nulidade do julgamento, haja vista erro na formulação dos quesitos apresentados pelo Juiz. No mérito, sustentou que a decisão contrariava manifestamente a prova constante dos autos. O réu, por seu advogado, apresentou contra-razões ao recurso. No dia seguinte à apresentação das contra-razões, postulou, também por seu defensor, junto à autoridade policial no sentido de que fosse devolvido um dos instrumentos supostamente utilizados, segundo a denúncia, para a prática do fato, o que, por erro, ainda estava apreendido na Delegacia de Polícia.

No tocante à questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) Tendo a autoridade policial o poder de restituir a coisa apreendida, na forma do artigo 120, do Código de Processo Penal, não haveria qualquer impedimento para a devolução de tal coisa apreendida.

(B) Embora tenha o poder de devolver a coisa apreendida, a autoridade policial só deveria fazê-lo se a coisa fosse facilmente deteriorável, visto que o objeto estava armazenado inadequadamente na Delegacia de Polícia.

(C) Não poderia a autoridade policial devolver a coisa apreendida, uma vez que somente após o trânsito em julgado é que a coisa pode ser restituída.

(D) A autoridade policial somente poderia devolver a coisa apreendida com a concordância exclusiva do Ministério Público.

(E) Em nenhuma hipótese, a coisa apreendida poderá ser devolvida ao postulante.

79. Um indivíduo compareceu perante o Delegado de Polícia da cidade de Alegrete e, espontaneamente, relatou que teria sido autor de um furto qualificado, mediante fraude, praticado em uma farmácia daquela cidade. Ciente do fato, a referida autoridade policial interrogou o autor da confissão na presença de seu advogado e inquiriu também o representante legal da vítima, o qual confirmou que tinha sido vítima de crime, tendo o Delegado, em seguida, encerrado o inquérito policial. Em seu relatório, apontou o confessante como autor do fato, razão pela qual o indiciou no artigo 155, parágrafo 4º, inciso II, do Código Penal.

Em relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) Está correto o encaminhamento feito pela autoridade policial, haja vista a confissão do autor do fato, o que, por si só, já é suficiente para indiciá-lo.

(B) Está correto o encaminhamento feito pela autoridade policial em razão da confissão do autor do fato e, também, em face do grande volume de inquéritos que tramitam na Comarca, o que exige da autoridade policial dedicação máxima na apuração de fatos em que a autoria é desconhecida.

(C) Está correto o entendimento da autoridade policial, haja vista o fato de que o indivíduo confessou a prática do crime acompanhado de advogado.

(D) Não está correto o entendimento da autoridade policial, porquanto jamais poderia inquirir o suspeito da prática do delito no início da investigação, conforme ensina o Manual do Delegado de Polícia e recomenda a Lei nº 7.366/80.

(E) Não está correto o entendimento da autoridade policial, pois a confissão, por si só, não é prova suficiente da existência do crime. Ademais, a autoridade policial deveria diligenciar sobre a existência de outras testemunhas presenciais do delito supostamente praticado, a fim de comprová-lo, bem como trazer aos autos informações a respeito do prejuízo constatado.

80. Tendo a autoridade policial tomado conhecimento, através de um informante, de que seria praticado um grande roubo na agência do Banco Central de Porto Alegre, determinou aos agentes subordinados que praticassem escuta clandestina de conversas telefônicas dos suspeitos. Ademais, determinou que pagassem ao informante a quantia de R$ 300,00 (trezentos) reais pela informação a título de recompensa. Com base nessas informações, inclusive com a gravação das conversas telefônicas, representou perante a autoridade judicial pela preventiva dos suspeitos, com fundamento no artigo 312, do Código de Processo Penal.

Analisando-se o caso em epígrafe, pode-se afirmar que,

(A) considerando os elementos apresentados, deverá o Juiz decretar a prisão preventiva dos suspeitos, haja vista a comprovação, pela gravação, da intenção de praticar o fato criminoso.

(B) tendo a autoridade policial representado pela prisão preventiva, é dever da autoridade judicial acatar a representação.

(C) considerando que a escuta foi obtida sem autorização judicial e que a recompensa oferecida ao informante não tem amparo legal, não deve ser aceita a representação da autoridade policial.

(D) para a decretação da prisão preventiva, há a necessidade, em qualquer circunstância, de requerimento do Ministério Público, razão pela qual a representação deveria ter sido ratificada pelo Ministério Público.

(E) considerando que, em determinadas circunstâncias, principalmente nas em que existe iminente risco de prejuízo ao erário, os fins justificam os meios, não há qualquer ilicitude praticada pela autoridade policial para a obtenção da prova em pauta.

DIREITO CONSTITUCIONAL

81. Sobre o procedimento do controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar que

(A) o controle difuso pode ser exercido apenas por órgão colegiado, tendo a decisão prolatada eficácia *erga omnes*.

(B) o controle difuso pode ser exercido apenas por órgão colegiado, tendo a decisão prolatada eficácia *inter partes*.

(C) a decisão definitiva da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão tem eficácia *inter partes* e autoriza o Supremo Tribunal Federal a editar norma específica que supera a falta da providência legislativa do Congresso Nacional.

(D) a decisão definitiva da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão tem eficácia *erga omnes* e autoriza o Supremo Tribunal Federal a editar norma específica que supra a falta da providência legislativa do Congresso Nacional.

(E) o controle de constitucionalidade de Emenda Constitucional é cabível quando busca torná-la inválida em razão de vício formal ou material.

82. A respeito dos limites do poder de reforma constitucional, previstos na atual Constituição, pode-se afirmar que são

(A) variáveis, podendo o titular do Poder Constituinte de Reforma incluir novas matérias dentre aquelas que não podem ser abolidas da Constituição, sendo vedada sua posterior retirada.

(B) variáveis, podendo o titular do Poder Constituinte de Reforma retirar matérias dentre aquelas já previstas como insuscetíveis de serem abolidas pela Constituição.

(C) estabelecidos de forma a proteger todos os direitos e garantias individuais expressos na Constituição.

(D) absolutos, mas incluem apenas as emendas que revoguem expressamente normas sobre as matérias relacionadas como insuscetíveis de serem abolidas.

(E) absolutos e incluem a impossibilidade de reforma das normas constitucionais sobre a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.

83. O direito constitucional de igualdade

(A) pode ser alegado para impugnar discriminação consagrada no texto constitucional pelo poder constituinte originário.

(B) torna impossível a determinação de critério, em razão do sexo, para reconhecimento de direito ou imposição de obrigação de qualquer natureza.

(C) autoriza a criação e o funcionamento dos partidos políticos, independentemente do seu programa partidário e das finalidades a que se propõem.

(D) é protegido constitucionalmente através da tipificação do preconceito racial como crime.

(E) determina ofensa ao princípio do juiz natural pelo estabelecimento de Justiças Especiais para o julgamento de determinadas matérias.

84. Considerando as competências legislativas no regime *federativo brasileiro, pode-se afirmar que*

(A) são denominadas privativas quando determinadas a um ente federativo específico, podendo, contudo, ser delegada por este a outros entes.

(B) são denominadas exclusivas quando determinadas a um ente federativo específico, podendo, contudo, ser delegada por este a outros entes.

(C) são denominadas concorrentes quando é possível mais de um ente legislar sobre determinado tema, prevalecendo, em qualquer caso, se existente, a norma federal sobre o tema.

(D) são denominadas concorrentes quando é possível mais de um ente legislar sobre determinado tema, prevalecendo, em qualquer caso, se existente, a norma estadual sobre o tema.

(E) é reconhecida aos municípios a competência residual.

85. Considerando o regime constitucional da Justiça dos Estados, pode-se considerar correta a seguinte afirmação:

(A) O Tribunal de Justiça dos Estados exerce controle abstrato de constitucionalidade dos atos municipais.

(B) A extinção dos Tribunais de Justiça Militar dos Estados só é possível através de emenda à Constituição da República.

(C) Todas as causas de competência dos Tribunais de Justiça Militar dos Estados serão determinadas por lei específica.

(D) O Ministério Público dos Estados pode ser vinculado aos Tribunais de Justiça dos Estados por disposição das Constituições Estaduais.

(E) A organização, a direção e o funcionamento do Poder Judiciário Estadual foram determinados, integralmente, às Constituições Estaduais.

86. A decretação do Estado de Defesa **NÃO** faculta ao Presidente da República

(A) determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, em caso de calamidade pública.

(B) restringir o direito de reunião.

(C) restringir o sigilo de correspondência.

(D) restringir o sigilo de comunicação telefônica.

(E) determinar a incomunicabilidade de preso pelo prazo máximo de dez dias.

87. Com referência ao regime constitucional da comunicação social, assinale a afirmativa correta.

(A) O regime constitucional da comunicação social determina que o conteúdo de jornais, rádio e televisão dê preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

(B) A exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens submete-se à prévia outorga do Poder Executivo e à apreciação do Congresso Nacional.

(C) A publicidade comercial, como modo de exercício da liberdade de expressão, não pode sofrer qualquer espécie de restrição legal.

(D) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e com sede no país, podendo a responsabilidade editorial ser atribuída a pessoa estrangeira.

(E) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, não podendo a responsabilidade editorial ser atribuída a pessoa estrangeira.

88. Considerando a proteção constitucional da criança e do adolescente, é **INCORRETO** afirmar que a Constituição brasileira

(A) determina a garantia de direitos da criança e do adolescente com absoluta prioridade.

(B) determina a igualdade de direitos entre os filhos havidos ou não na relação de casamento, à exceção do direito ao uso do sobrenome dos pais biológicos.

(C) possibilita ao Poder Público estimular a guarda de crianças e adolescentes através de incentivos fiscais.

(D) impede qualquer espécie de atividade de trabalho, salvo a de aprendizagem, antes dos 14 (quatorze) anos.

(E) determina a inimputabilidade penal aos 18 (dezoito) anos.

89. Dentre as competências reconhecidas ao Supremo Tribunal Federal, está previsto

(A) processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais.

(B) processar e julgar, originariamente, litígio entre organismo internacional e qualquer Estado da Federação.

(C) decidir conflitos de competência entre os Tribunais de Justiça dos Estados.

(D) julgar, em reexame necessário, processo cuja sentença de Juiz federal tenha decidido pela inconstitucionalidade de lei em face da Constituição da República.

(E) processar e julgar, originariamente, crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando a execução tenha sido iniciada no Brasil e seu resultado tenha ocorrido no estrangeiro.

90. Quanto ao processo legislativo brasileiro, é correto afirmar que

(A) emenda à Constituição, para ser aprovada, deve receber o voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tendo de ser deliberada em dois turnos em cada Casa legislativa.

(B) matéria constante de projeto de lei rejeitado só poderá ser objeto de novo projeto na sessão legislativa subseqüente.

(C) lei que disponha sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União é de iniciativa exclusiva do Procurador Geral da República.

(D) ao Presidente da República é vedado editar Medida Provisória que tenha por objetivo a detenção ou o seqüestro da poupança popular.

(E) medidas provisórias podem ser editadas pelo Presidente da República, nos termos da Constituição, inclusive sobre matérias reservadas à lei complementar.

97. Relativamente aos atos de improbidade administrativa definidos na Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, assinale a afirmativa correta.

(A) O particular que concorre, induz ou se beneficia do ato de improbidade administrativa sob qualquer forma, direta ou indiretamente, está sujeito à aplicação dos dispositivos da Lei nº 8.429/92.

(B) Quanto ao elemento subjetivo, os atos de improbidade administrativa somente admitem a forma dolosa.

(C) Não configura ato de improbidade administrativa aquele praticado contra o patrimônio de entidade privada que recebe subvenção ou benefício de ente público.

(D) A aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 por atos de improbidade administrativa depende de prova da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

(E) A suspensão dos direitos políticos é uma das sanções pela prática de ato de improbidade administrativa que pode ser aplicada pela autoridade competente.

98. **NÃO** constitui manifestação do poder de polícia administrativa a

(A) aplicação de sanção por infração às normas de trânsito.

(B) expedição de licença para o funcionamento de estabelecimento comercial.

(C) exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra.

(D) destruição de alimentos deteriorados expostos à venda ao público.

(E) oferta pelo poder público de ensino fundamental obrigatório e gratuito.

99. Com relação ao controle da atividade administrativa, assinale a assertiva correta.

(A) O controle da atividade administrativa discricionária pelo Poder Judiciário está restrito ao aspecto formal, sendo vedado o exame dos motivos.

(B) O Poder Legislativo não tem o poder de sustar contrato administrativo ilegal firmado pelo Poder Executivo, em razão do princípio da separação de poderes.

(C) Os atos administrativos de admissão de pessoal do Poder Executivo não podem ser anulados pelo Tribunal de Contas por ocasião do registro desses atos.

(D) Em caso de ilegalidade, os atos administrativos podem ser revogados pela própria Administração Pública, com eficácia retroativa.

(E) O Ministério Público somente pode ajuizar ação civil pública para anular atos e contratos administrativos lesivos ao patrimônio público.

100. De acordo com a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na concessão de serviço público,

(A) o poder concedente pode retomar o serviço durante o prazo da concessão em razão do interesse público, independentemente do pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados.

(B) o poder concedente pode intervir por tempo indeterminado na empresa concessionária com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço.

(C) o concessionário não pode paralisar a prestação do serviço público, no caso de inadimplemento do poder concedente até o trânsito em julgado da sentença proferida na ação de rescisão do contrato.

(D) o prazo de vigência do contrato não pode ser superior a dez anos.

(E) em caso de extinção do contrato em razão do inadimplemento do concessionário, opera-se a perda do direito à amortização dos investimentos vinculados a bens reversíveis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. São princípios que norteiam a Administração Pública, inscritos na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

(A) legalidade, publicidade, finalidade, moralidade e eficiência.
(B) legitimidade, participação, motivação, razoabilidade e economicidade.
(C) moralidade, continuidade, razoabilidade, eficiência e economicidade.
(D) legalidade, impessoalidade, finalidade, participação e proporcionalidade.
(E) legitimidade, impessoalidade, continuidade, motivação e proporcionalidade.

92. A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), como uma autarquia, é

(A) pessoa jurídica de direito público de natureza política.
(B) órgão público subordinado hierarquicamente ao Chefe do Poder Executivo.
(C) pessoa jurídica de direito privado concessionária de serviço público.
(D) pessoa jurídica de direito público sujeita à tutela administrativa do Estado.
(E) órgão público independente, visto seus dirigentes não poderem ser livremente exonerados.

93. No caso de invasão de bem público de uso especial por particular, a Administração Pública

(A) pode promover os atos de defesa da posse como se fosse um particular.
(B) só pode usar a força pública para desocupá-lo mediante autorização judicial.
(C) não pode usar a força pública para desocupá-lo em nenhuma hipótese.
(D) deve valer-se das ações possessórias para a proteção do bem.
(E) pode promover a sua desocupação depois de prévia comunicação da invasão ao Poder Legislativo.

94. A extinção do ato administrativo por superveniente descumprimento de exigências legais pelo interessado constitui uma

(A) conversão.
(B) cassação.
(C) convalidação.
(D) revogação.
(E) anulação.

95. Em relação ao regime jurídico constitucional e legal a que estão submetidos os servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a assertiva correta.

(A) A lei não pode fixar requisitos diferenciados de admissão no serviço público de acordo com a natureza do cargo.
(B) A exoneração do servidor público, ao final do estágio probatório, está subordinada à prova da prática de infração disciplinar sujeita à pena de demissão.
(C) O servidor público estável somente perderá o cargo pela prática de infração administrativa grave, apurada em processo judicial ou administrativo.
(D) Ao servidor público não é vedado o exercício de atividade político-partidária, inclusive em serviço.
(E) Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.

96. Quanto aos contratos administrativos, a Administração Pública tem o poder de

(A) rescindir o contrato, unilateralmente, por interesse público, independentemente de pagamento de indenização pelos prejuízos causados.
(B) prorrogar, excepcionalmente, por tempo indeterminado, o prazo do contrato, em decisão fundamentada por razões de interesse público.
(C) aumentar, unilateralmente, o objeto do contrato de compra em até 50% para atender ao interesse público, mediante o pagamento do acréscimo ao contratado.
(D) rescindir, unilateralmente, em caso de inexecução por caso fortuito, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
(E) ocupar e utilizar o local, as instalações, os equipamentos e o material do contratado na vigência do contrato.

97. Relativamente aos atos de improbidade administrativa definidos na Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, assinale a afirmativa correta.

(A) O particular que concorre, induz ou se beneficia do ato de improbidade administrativa sob qualquer forma, direta ou indiretamente, está sujeito à aplicação dos dispositivos da Lei nº 8.429/92.

(B) Quanto ao elemento subjetivo, os atos de improbidade administrativa somente admitem a forma dolosa.

(C) Não configura ato de improbidade administrativa aquele praticado contra o patrimônio de entidade privada que recebe subvenção ou benefício de ente público.

(D) A aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 por atos de improbidade administrativa depende de prova da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

(E) A suspensão dos direitos políticos é uma das sanções pela prática de ato de improbidade administrativa que pode ser aplicada pela autoridade competente.

98. **NÃO** constitui manifestação do poder de polícia administrativa a

(A) aplicação de sanção por infração às normas de trânsito.

(B) expedição de licença para o funcionamento de estabelecimento comercial.

(C) exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra.

(D) destruição de alimentos deteriorados expostos à venda ao público.

(E) oferta pelo poder público de ensino fundamental obrigatório e gratuito.

99. Com relação ao controle da atividade administrativa, assinale a assertiva correta.

(A) O controle da atividade administrativa discricionária pelo Poder Judiciário está restrito ao aspecto formal, sendo vedado o exame dos motivos.

(B) O Poder Legislativo não tem o poder de sustar contrato administrativo ilegal firmado pelo Poder Executivo, em razão do princípio da separação de poderes.

(C) Os atos administrativos de admissão de pessoal do Poder Executivo não podem ser anulados pelo Tribunal de Contas por ocasião do registro desses atos.

(D) Em caso de ilegalidade, os atos administrativos podem ser revogados pela própria Administração Pública, com eficácia retroativa.

(E) O Ministério Público somente pode ajuizar ação civil pública para anular atos e contratos administrativos lesivos ao patrimônio público.

100. De acordo com a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na concessão de serviço público,

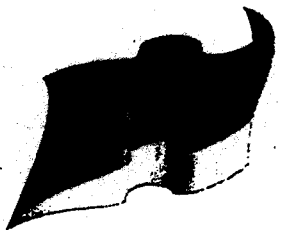
(A) o poder concedente pode retomar o serviço durante o prazo da concessão em razão do interesse público, independentemente do pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados.

(B) o poder concedente pode intervir por tempo indeterminado na empresa concessionária com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço.

(C) o concessionário não pode paralisar a prestação do serviço público, no caso de inadimplemento do poder concedente até o trânsito em julgado da sentença proferida na ação de rescisão do contrato.

(D) o prazo de vigência do contrato não pode ser superior a dez anos.

(E) em caso de extinção do contrato em razão do inadimplemento do concessionário, opera-se a perda do direito à amortização dos investimentos vinculados a bens reversíveis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 03/2002

PRIMEIRA ETAPA
PROVA DE REDAÇÃO
– MANHÃ –

Órgão Executor:

F A U R G S
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

LEIA COM ATENÇAO AS INSTRUÇÕES NO VERSO

REDAÇÃO

As prisões brasileiras, há já algum tempo, ocupam enorme espaço em nossos noticiários – raras vezes por boas razões. Os horrores da vida cotidiana que lá se desenrola inclusive já ensejaram a publicação de livros de grande vendagem. Será esse ambiente – a um só tempo aterrorizante e desordenado – eficaz como meio de corrigir o desvio de conduta do enorme número de criminosos que superlotam as prisões?

A resposta dada pelo conjunto de fatos que compõem o que sabemos sobre as prisões é, certamente, não. Afinal, sobre o sistema prisional brasileiro, o que ouvimos hoje são notícias de que se cometem atos de violência contra presos e entre presos, além de violência contra os funcionários que lá trabalham. Ouvimos e lemos notícias de rebeliões, e notícias de chacinas. Ficamos sabendo que de lá se dirigem quadrilhas que seguem atuando aqui; lá se tramam crimes, se hierarquizam os presos como soldados em uma guerra. Não parecem prisões, mas quartéis-generais do crime organizado. Diante desse quadro, será a privação de liberdade o melhor modo de punir o crime e buscar a reintegração do infrator à vida em sociedade? Não seria o momento de se adotarem penas alternativas, levando, evidentemente, em consideração o crime cometido, mas atenuando o problema da superlotação das prisões e da convivência entre os mais diversos tipos de infratores?

Sua redação versará sobre este tema: **vantagens e desvantagens dos meios alternativos para a punição de infratores e sua reintegração à sociedade**. Para redigi-la, você poderá lançar mão de sua experiência pessoal, comentando casos concretos que você conheça. Não se esqueça, contudo, de que você está sendo solicitado a redigir uma **dissertação**, texto que se caracteriza como uma reflexão articulada em torno de um ponto de vista. Tome sua experiência, se for o caso, como ponto de partida, mas busque integrá-la em um texto de caráter argumentativo.

Sua redação deverá ter extensão mínima de 25 linhas. Inicialmente, utilize a folha de rascunho e, depois, passe a limpo na folha de redação o que você redigiu, com letra legível e de tamanho regular. Utilize caneta; lápis, apenas no rascunho.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 03/2002

CADERNO DE QUESTÕES

SEGUNDA ETAPA - PROVA DISSERTATIVA

30 de novembro de 2002

MATÉRIA	QUESTÕES
Direito Penal	01 a 05
Direito Processual Penal	06 a 10

ÓRGÃO EXECUTOR:

FAURGS

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Inscrição

Nome do Candidato

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 03/2002

PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES

1. Este Caderno de Questões consta de 10 questões dissertativas, assim distribuídas: **Direito Penal** – 05 questões e **Direito Processual Penal** – 05 questões.

2. Caso o Caderno de Questões esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal da sala a sua substituição.

3. Utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta para escrever suas respostas no Caderno de Respostas.

4. Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de sua exclusão do Concurso,

   - consultar material diverso do facultado no item 4.2.8 do Edital 03/2002 ou não aprovado pelo Fiscal de Consulta;
   - utilizar telefone celular, *pagers*, fone de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos;
   - comportar-se de forma descortês para com qualquer dos examinadores, coordenadores, fiscais ou autoridades presentes;
   - comunicar-se com outro candidato ou terceiros;
   - ausentar-se da sala de provas, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e na companhia de um fiscal.

5. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que identificar a Prova Dissertativa com sinais ou impressões que possam revelar a sua identidade, exceto nos campos específicos para esse fim nas capas dos Cadernos de Respostas.

6. A duração da prova é de **quatro horas**. Ao final desse prazo, os Cadernos de Respostas serão **imediatamente** recolhidos.

7. O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova após transcorridas 2 (duas) horas do seu início.

8. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

DIREITO PENAL

01. Considere o fato abaixo descrito para responder às perguntas **a**, **b** e **c** nele baseadas.

Um cidadão português furtou jóias e euros dos passageiros de um navio particular de turismo, de bandeira francesa, que está atracado no porto de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O autor do fato criminoso foi flagrado pela tripulação da embarcação, que o conduziu até a Delegacia de Polícia competente, sendo aí lavrado o Boletim de Ocorrência. Após a lavratura do Boletim de Ocorrência, o cidadão português foi conduzido por dois policiais a uma sala apartada, onde foi algemado e constrangido fisicamente com o emprego de violência, o que lhe causou sofrimento físico, tudo isso visando a obter sua confissão. Durante o episódio, o cidadão português gritava, suplicando clemência aos policiais, enquanto o Delegado de Polícia, na sala contígua, ouvia os gritos de súplica, bem como os ruídos provenientes da pancadaria, não tomando nenhuma atitude até o final do episódio.

a) No caso em pauta, poderá ser aplicada a lei penal brasileira ao cidadão português? Justifique sua resposta, seja ela positiva ou negativa.

b) Partindo-se da constatação de que houve infração penal (ou infrações) por parte dos policiais, qual ou quais foram elas? Justifique sua resposta.

c) Houve ou não infração penal (ou infrações) por parte do Delegado? Em caso afirmativo, qual ou quais foram? Justifique sua resposta seja ela positiva ou negativa.

---

02. Responda às perguntas abaixo, **a**, **b** e **c**, com base no caso descrito a seguir:

Um médico credenciado pela Previdência Social Pública (SUS), em final de gozo de licença, exige através de seu assessor determinada soma em dinheiro de um paciente para a realização de exame já homologado pelo órgão previdenciário, o qual deveria ser procedido sem custo adicional. Registre-se que a exigência da soma em dinheiro foi previamente acertada em comunhão de desígnios do médico com o assessor. Ao ser abordado, o paciente concorda com o pedido e efetua regularmente o pagamento de R$ 100,00 (cem reais), mas, após consultar seu advogado, percebe a falcatrua. Retornando à clínica médica, aborda o assessor do médico para satisfazer sua pretensão de devolução do dinheiro, mas, embora legitimamente, agiu com afoiteza empregando violência física, logrando, porém, de imediato, seu intento: ver devolvido *in totum* o valor pago.

a) Houve ou não infração penal (ou infrações) por parte do médico? Em caso afirmativo, qual ou quais foram? Justifique sua resposta, mesmo sendo ela negativa.

b) Houve ou não infração penal (ou infrações) por parte do assessor do médico? Em caso afirmativo, qual ou quais foram? Justifique sua resposta, mesmo sendo ela negativa.

c) Houve ou não infração penal (ou infrações) por parte do paciente? Em caso afirmativo, qual ou quais foram? Justifique sua resposta, seja ela afirmativa ou negativa.

03. Considere o caso descrito abaixo para responder às perguntas **a** e **b**, formuladas a seguir e nele baseadas.

Uma senhora, esposa de um promotor de justiça, solicitou a um funcionário público federal (Receita Federal) que patrocinasse diretamente os seus interesses particulares perante a administração fazendária valendo-se, para tanto, da sua qualidade funcional; em contra partida prometeu influir no sentido de conseguir um pedido de arquivamento na investigação presidida por seu marido, na qual o referido funcionário público federal é indiciado. O funcionário público federal aceitou a proposta e tratou de resolver com agilidade ímpar o problema de Imposto de Renda da senhora, aguardando o benefício da promessa, o que não ocorreu.

a) Houve ou não infração penal (ou infrações) por parte da mulher do promotor? Em caso afirmativo, qual ou quais foram? Justifique sua resposta, mesmo que ela seja negativa.

b) Houve ou não infração penal (ou infrações) por parte do funcionário público federal? Em caso afirmativo, qual ou quais foram? Justifique sua resposta, seja ela afirmativa ou negativa.

---

04. Conceitue e exemplifique as seguintes espécies de culpa penal: culpa consciente e culpa inconsciente; culpa própria e culpa imprópria e culpa mediata ou indireta.

---

05. Considerando o dolo penal, explique as seguintes teorias a seu respeito: teoria da vontade, teoria da representação e teoria do assentimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

06. Avião da Força Aérea Brasileira, em missão de treinamento sobre a comarca de Canoas, recebe aviso da torre do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, de que um monomotor que sobrevoava aquela comarca estava transportando ilegalmente cerca de cinco quilos de cocaína. Imediatamente, recebe ordens para interceptar o monomotor, a fim de conduzi-lo ao referido Aeroporto. Todavia, o piloto do monomotor se recusa a obedecer às ordens de comando do piloto do caça da Força Aérea Brasileira. Em face disso, o piloto da Força Aérea Brasileira dispara tiros de canhão de sua aeronave, causando, por conseqüência, a queda do avião monomotor e a morte do seu piloto e do co-piloto. Diante de tais fatos, o Delegado de Polícia Civil da comarca de Canoas instaura inquérito policial, visando a apurar responsabilidades, haja vista que, em nenhum momento, foi dada ordem para que o piloto da aeronave da Força Aérea Brasileira abatesse o avião monomotor.

Analise o problema, salientando, essencialmente, se a autoridade policial tem atribuição legal para apurar os fatos e aponte, também, quais são a Justiça, o Foro e o Juiz competentes para processar o acusado.

---

07. É viável juridicamente a decretação da prisão temporária ou preventiva de testemunha fundamental para a elucidação de crime? Fundamente a sua resposta.

08. Um advogado foi preso em flagrante delito sob a acusação de tráfico de drogas. Na oportunidade, dois policiais militares apresentaram o detido à Delegacia de Polícia e comunicaram à autoridade policial presente que o profissional liberal portava cem gramas de cocaína. Observados todos os procedimentos legais cabíveis pela autoridade policial, o flagrante foi homologado pela autoridade judicial, sendo o preso encaminhado ao Presídio Central de Porto Alegre. Cabe salientar que o detido, em seu depoimento prestado perante a autoridade policial, negou peremptoriamente a prática do fato, tendo afirmado que os policiais militares teriam colocado a droga apresentada junto ao seu corpo (o do declarante) e, em seguida, exigido a quantia de um mil reais para liberá-lo. Dias após o fato, a mesma autoridade policial prendeu dois policiais militares em flagrante delito por tráfico de drogas. Na oportunidade, os policiais militares portavam cerca de cinqüenta gramas de cocaína e foram vistos colocando a droga no bolso de um transeunte, tendo, logo em seguida, exigido a quantia de dois mil reais para não prendê-lo.

Com base no *modus operandi* dos policiais militares, a autoridade policial constatou que os detidos eram os mesmos policiais que tinham prendido dias antes o advogado. Ademais, verificou, no inquérito referente à prisão do advogado, que, muito embora o profissional liberal tivesse sido detido em local de grande circulação, não existia qualquer testemunha presencial do fato, tendo concluído, então, que o advogado, também tinha sido vítima dos dois policiais militares. Ciente de tal fato, mesmo após ter indiciado o advogado por tráfico de drogas, a autoridade policial entendeu por desindiciá-lo em despacho fundamentado no inquérito policial em que apontou detalhadamente os fatos.

Analise o entendimento da autoridade policial, fundamentando sua resposta na legislação vigente.

---

09. Delegado de Polícia, na condição de cidadão, impetra ordem de *habeas corpus* em inquérito policial que instaurou de ofício e no qual atua como autoridade policial.

Está correto o procedimento da autoridade policial? Justifique sua resposta, fundamentando-a.

---

10. Pode a autoridade policial deixar de instaurar inquérito policial diante de requisição do Juiz ou do Promotor de Justiça, haja vista evidente extinção da punibilidade pela prescrição? Justifique sua resposta, fundamentando-a.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 03/2002

CADERNO DE QUESTÕES

SEGUNDA ETAPA – PROVA DISSERTATIVA

01 de dezembro de 2002

MATÉRIA	QUESTÕES
Direito Constitucional	11 a 15
Direito Administrativo	16 a 20

ÓRGÃO EXECUTOR:

FAURGS

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Inscrição

Nome do Candidato

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 03/2002

PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES

1. Este Caderno de Questões consta de 10 questões dissertativas, assim distribuídas: **Direito Constitucional** – 05 questões e **Direito Administrativo** – 05 questões.

2. Caso o Caderno de Questões esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal da sala a sua substituição.

3. Utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta para escrever suas respostas no Caderno de Respostas.

4. Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de sua exclusão do Concurso,

   - consultar material diverso do facultado no item 4.2.8 do Edital 03/2002 ou não aprovado pelo Fiscal de Consulta;
   - utilizar telefone celular, *pagers*, fone de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos;
   - comportar-se de forma descortês para com qualquer dos examinadores, coordenadores, fiscais ou autoridades presentes;
   - comunicar-se com outro candidato ou terceiros;
   - ausentar-se da sala de provas, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e na companhia de um fiscal.

5. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que identificar a Prova Dissertativa com sinais ou impressões que possam revelar a sua identidade, exceto nos campos específicos para esse fim nas capas dos Cadernos de Respostas.

6. A duração da prova é de **quatro horas**. Ao final desse prazo, os Cadernos de Respostas serão **imediatamente** recolhidos.

7. O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova após transcorridas 2 (duas) horas do seu início.

8. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

11. A Constituição da República consagra uma série de direitos e garantias fundamentais, os quais são resultado da evolução do direito constitucional brasileiro. Em relação ao acusado do cometimento de crime ou mesmo ao acusado preso, é correto afirmar que a Constituição consagra garantias específicas? Se afirmativo, indique quais seriam essas garantias e explique o seu conteúdo.

12. É assente na doutrina e na jurisprudência constitucional que a Constituição da República, de 1988, possui um rol de disposições insuscetíveis de serem abolidas do texto por deliberação do poder de reforma. Nesse sentido, responda às seguintes questões:

a) O que determina, no texto da Constituição, o caráter permanente de tais disposições?

b) Qual é o conteúdo dessas disposições, as quais não podem ser abolidas do texto constitucional?

c) Qual é a finalidade pretendida pela proteção dessas disposições?

13. O Ministério Público é consagrado pela Constituição vigente como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos individuais e sociais indisponíveis. Nesse sentido, quais são as funções institucionais atribuídas a esse órgão pela Constituição para a plena realização das finalidades que esta lhe endereça?

14. Um dos aspectos fundamentais do federalismo é a repartição das competências entre os distintos entes federados, de modo a articular o exercício do poder pelo Estado para criar normas e realizar as tarefas públicas. Considerando que o Brasil é uma República federativa, quais são as espécies e de que modo se dividem as competências entre os diferentes entes federados, segundo a Constituição da República de 1988?

15. A proteção à criança e ao adolescente é uma das características da atual Constituição da República, que a consagra de modo a garantir a absoluta prioridade dos seus direitos. De que forma é consagrada, na Constituição, essa garantia?

16. Além das hipóteses estabelecidas no § 1º, do art. 41, da Constituição Federal, há outra hipótese de perda do cargo pelo servidor estável? Justifique sua resposta, fundamentando-a.

17. Em que hipóteses é possível a alienação de bens públicos? Justifique sua resposta, fundamentando-a.

18. Todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja acordo de vontade para a formação de vínculo e para a estipulação de obrigações recíprocas constitui contrato administrativo? Justifique sua resposta, fundamentando-a.

19. Quais são os meios de exercício do poder de polícia? Justifique sua resposta, fundamentando-a.

20. Quem pode revogar um ato administrativo? Justifique sua resposta, fundamentando-a.